



Alerta Vigilante

Boletim do Sector da Vigilância do PCP

Carreiras profissionais

Férias

Horários decentes

Escalas e horários

O PCP há muito que tem vindo a apresentar propostas no sentido de regulamentar a justa retribuição do trabalho extraordinário (Projecto de Lei N.º 2/XV/1.ª) e a valorização do trabalho por turnos e nocturno (Projecto de Lei N.º 1/XV/1.ª).

No início desta legislatura apresentámos estes projetos de lei na Assembleia da República e voltaram a ser chumbados, mas nem por isso desistimos de lutar.

Sabemos que a situação no sector da vigilância vai muito para além daquilo que é permitido por lei, e que o cumprimento da lei seria um grande avanço para o sector. Hoje estão totalmente postos em causa a jornada de 8 horas e o descanso semanal obrigatório. São milhares de euros que as empresas metem aos bolsos todos os meses.

Também não estamos iludidos sobre a forma de dar a volta a esta situação, não será por decreto certamente. Terão de ser os vigilantes a lutar pelo cumprimento da lei e por novas conquistas, como por exemplo a do subsídio de turno.

Há muito que defendemos que é necessário lutar por um conjunto de direitos no sector e por melhores salários. Não foram discutidos aumentos salariais este ano, uma vez que já estavam acordados desde o ano passado. Esta é uma prática desligada da realidade. Além da desvalorização profissional, o aumento do custo de vida está a afectar todos os trabalhadores. É urgente unirmo-nos para lutar pelos direitos básicos neste sector.

Progressão na carreira

Esta é uma medida que consideramos de elementar justiça, a atribuição de escalões e a estruturação de uma carreira profissional. Seria uma forma de incentivar os vigilantes, de dignificar a profissão e promover a qualidade no trabalho. É revoltante não existir nenhuma distinção entre um vigilante acabado de entrar na empresa e aqueles quem têm mais anos de serviço. Não existem margens para a progressão.

No mesmo sentido, vão as diuturnidades, estas foram retiradas há vários anos.

Férias

Voltamos insistir com a majoração dos 25 dias que a grande maioria das empresas deixou de aplicar, abusivamente no período da troika. Como se costuma dizer: *um direito que não se exerce, perde-se.*

Em 2017 foi retirado no CCT da vigilância por imposição dos patrões. Agora também já acham que podem dispor à vontade do período de marcação de férias, marcando-as fora do período estipulado de 1 de Maio a 31 de Outubro, sem ouvir e sem ter em consideração os interesses dos trabalhadores.

Não podemos continuar a aceitar este avanço indiscriminado contra os nossos direitos.

Precariedade aumenta no sector

Desde a transmissão de estabelecimento, ao aumento do peso das empresas nacionais. O que mudou no sector?

As maiores empresas largam da vigilância estática

A comparação dos dados dos relatórios anuais da vigilância (RAS) de 2017 a 2020 (O último disponível) veio confirmar uma tendência para a qual os vigilantes nos vêm alertando. As grandes empresas multinacionais do sector (Prosegur e Securitas) estão a procurar abandonar a vigilância estática, tendência que já tinha começado antes da pandemia. A estas podem somar-se a Strong-Charon, que após a sua criação em 2018, entrou para o *ranking* das três maiores, equiparando-se às duas primeiras multinacionais, e que à semelhança destas, têm vindo a perder posição em termos totais e percentuais, no que se refere ao número de vigilantes.

As três grandes empresas estão a mandar o pessoal embora, mas os dados de 2020 mostram que a concentração nas 10 primeiras empresas não diminuiu, mas sim aumenta para 71%. Apesar do Relatório Anual de Segurança Privada não identificar as 10 primeiras empresas, estamos em crer que empresas como a 2045, Grupo 8 e Prestibel cresceram significativamente. Estarão também neste conjunto as outras empresas de média dimensão, que bem conhecemos, e que se têm vindo a "degolar" para ganharem os



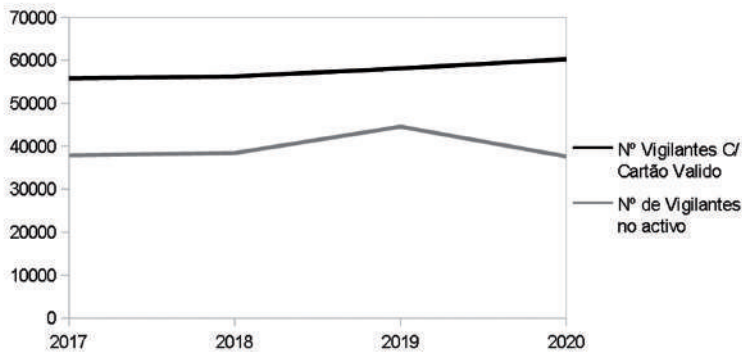
concursos públicos e privados. Sobre esta "batalha sem quartel de empresas rivais, em busca de controlo de mercados locais", há que referir a actuação em cartel recentemente denunciada pela Autoridade para a concorrência, acusando 7 empresas do sector da vigilância, aquelas que são consideradas todas "grandes empresas". Em sentido contrário vão as sucessivas denúncias de concorrência desleal nos preços praticados e apresentados pelas empresas mais pequenas, como a COPS, PSG, Comansegur, Ronsecur, entre muitas outras. Para o PCP, estes são dois mecanismos, que apesar de contrários, se auto-alimentam no seu objectivo comum, o de aumentar os graus de exploração e

as taxas de lucro das empresas do sector. Horários mais extensos, horas mal pagas e trabalho sem direitos. Se os vigilantes fossem contratados diretamente pelas empresas, era possível poupar dinheiro às mesmas, garantiriam um melhor serviço e poderiam pagar melhor aos vigilantes.

As empresas de vigilância não despedem: descartam os vigilantes

O Relatório de 2020 é o primeiro a referir os processos de transmissão de estabelecimento, refere 22 clientes em que ocorreram mudanças, mais de 2000 trabalhadores envolvidos, 19 reuniões no Ministério do Trabalho e 190 processos em tribunal. Relativamente às transmissões de

RAS	N.º de vigilantes c/ cartão válido	n.º de vínculos	n.º de vigilantes no activo	n.º vigilantes das 10 maiores	% das 10 maiores	N.º das 2 maiores	% das 2 maiores
2017	55795	41625	37871	27855	67%	11273	27%
2018	56223	43435	38412	30467	70%	11882	27%
2019	58090	51892	44554	29373	57%	11054	21%
2020	60233	39286	37624	27903	71%	9063	23%



estabelecimento, estamos perante a despedimentos encapotados. Aliás pior, porque os trabalhadores que ficam no famoso “limbo” nem sequer despedidos são (devido a uma falha existente entre os dois contratos coletivos de trabalho – CCT da vigilância). Mas o código geral do trabalho é claro e foi clarificado em 2020. quanto à transmissão de estabelecimento. Como não se aplica o princípio do tratamento mais favorável nestes casos, não acreditamos nas inevitabilidades, a lei geral do trabalho é mesmo para cumprir. Ainda assim os casos vão-se multiplicando com diferentes graus de prejuízo para os vigilantes. Empresas que dizem que reconhecem a antiguidade mas não aceitam os respetivos direitos do CCT, empresas que inicialmente dizem que aceitam todos os direitos, mas rapidamente começam a fazer exigências aos vigilantes, e ainda aquelas que simplesmente não aceitam nenhum trabalhador, (geralmente as novas no mercado). Na Ovisegur e na Noite e Dia, em que os vigilantes ou começam do zero com um novo contrato e com as condições que a nova empresa impuser, ou simplesmente ficam no “limbo”. Ainda agora estamos a assistir a isso na DGEEC ou de uma maneira mais suave nos CTT.

Aumento do número de vigilantes sem emprego

Conclui-se também que o sector vinha em contínua expansão no que

se refere ao número de trabalhadores. Mas em 2020, houve uma quebra devido à situação de pandemia do País, com uma significativa diminuição do número de vigilantes com vínculo. Contudo, o número de vigilantes com cartão válido não parou de aumentar. A comparação entre 2017 e 2019 aponta para uma média de 30% de cartões activos mas que não estão a exercer. No entanto em 2020 esse valor aumenta para 40%.

Apesar de corresponder a um ano de incertezas estamos em crer que existe uma massa maior de profissionais do sector que já não estão a exercer, ou que estão desempregados.

Independentemente de este cenário se poder vir a restabelecer, estamos em querer que esta bolsa gigante de vigilantes sem emprego sirva para as empresas se aproveitarem, para aumentarem a exploração e impor sobrecargas de horários e cortes nos direitos.

A junção destes dados ajudam a compreender melhor o ponto a que chegou a vigilância.

Foi iniciado um processo de descarte dos vigilantes mais antigos e "incómodos" por parte das grandes empresas, ao mesmo tempo assiste-se a um aumento de mão de obra qualificada disponível, (deixando de fora toda uma análise das escolas de formação, e da qualificação da mão de obra) Que faz com que todas as empresas de vigilância se estejam a aproveitar para aumentarem a exploração.

Exemplos de precariedade do sector

Iremos citar, a título de exemplo, alguns casos em que se torna clara a forma de actuar das empresas de vigilância.

A 2045, no Metro, não paga nem mais um cêntimo pelas horas extraordinárias realizadas pelos vigilantes, as escalas ultrapassam recorrentemente as 173 horas (equivalente às 40 semanais), é tudo pago a singelo e mesmo ultrapassando o horário, ou seja, estando escalado para muito mais horas/dias que as 40 horas semanais, caso o vigilante tenha de faltar, é sempre descontado o dia.

Uma outra denúncia de vários vigilantes, é a de que a Vigiexpert paga as horas extraordinárias aos trabalhadores se estes apresentarem talões de gasolina ou expedientes semelhantes, como por exemplo pagar os famosos pacotes em duas tranches. Isto serve para quê? Para fugir aos impostos? A pergunta que se impõe é: como é que isto tudo é feito mais ou menos às "claras", para empresas que trabalham para o Estado?

Outro exemplo é o de que a Ovisegur queria fazer no Ministério das Finanças, caso que denunciámos na altura, o concurso no Ministério das Finanças, em que trabalhavam 11 homens da Securitas e que queriam reduzir para 6 vigilantes, cada um a trabalhar 12 e mais horas.

A lei é clara; o horário de trabalho deve ser de 8 horas, o trabalho extraordinário é “eventual e transitório”, citando o CCT e existe um limite de horas extraordinárias, (200 por ano), sendo que muitos vigilantes ultrapassam estes valores só nos três primeiros meses.

É óbvio que muitas empresas não cumprem a lei.

O 25 de Abril e o 1º Maio são para comemorar na rua

Comemorar Abril é evidenciar o que foi o fascismo, começando logo por não lhe chamar “Estado Novo”, porque essa é a designação que lhe davam os fascistas que governavam o país.

Por mais que reescrevam, Abril foi um projecto de ruptura com o regime fascista. Não foi uma “evolução” ou “transição” entre regimes mas sim o derrube do fascismo pela força das armas e das massas (e dos cravos). Foi o derrube do que suportava o regime: o poder dos monopólios e dos latifúndios associado ao imperialismo, que é o mesmo que dizer associado à guerra que matou e mutilou gerações de jovens. Quando se fala de guerra está lá o imperialismo, está lá o fascismo, estão lá as forças contra as quais o PCP sempre lutou e lutará. Abril foi possível porque é fruto duma

longa resistência, de uma abnegada dedicação à luta pela liberdade e a democracia, dura luta dos comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas. Quando hoje, confessos inimigos da revolução, mesmo enfeitados de cravo na lapela, proclamam que o 25 de Abril “não tem donos”. É bom lembrar que Abril, sendo património do povo português, tem no caminho para a sua construção obreiros concretos que o tornaram possível. Fizeram-se transformações revolucionárias que abriram caminhos de progresso, de justiça social, de elevação das condições de vida, do efetivo protagonismo dos trabalhadores e do povo nos destinos do país.

Perdeu-se muito, mas há muito a defender. Defender, porque nenhuma conquista é eterna. Cada direito defendido e cada

liberdade conquistada perduram se forem exercidos.

A necessidade de luta antifascista é de sempre, contra a guerra: “25 de Abril sempre. Fascismo nunca mais!”

A revolução Portuguesa, iniciada em 25 de abril de 1974 teve plena e massiva consagração, no 1º de Maio. Os lutadores do 1º de Maio de 1890 não puderam imaginar a dimensão da importância histórica das greves, manifestações e comícios que se realizaram nesse dia em vários países da Europa e da América, exigindo a jornada de trabalho de 8 horas. O Manifesto Comunista (Marx e Engels) foi aprovado com programa da primeira organização comunista a “liga dos comunistas” em 1847, hoje continua a ser um guia para acção dos revolucionários.

Nova transmissão de estabelecimento, deixa vigilantes novamente no "limbo"

No dia 1 de Março, ocorreu uma nova transmissão de estabelecimento que deixou 3 trabalhadores na situação de “limbo”. A ida a concurso do contrato de vigilância da DGEEC fez com que houvessem alterações da empresa Vigiexpert para a empresa Noite e Dia (que ganhou o respetivo concurso). Assim sendo, os 3 vigilantes, que trabalhavam para a Vigiexpert tenham ficado sem o seu posto de trabalho e sem empresa. Mas não estão efetivamente desempregados, foram transferidos. O problema é que a empresa Noite e Dia não os aceitou. Ficaram portanto no famoso “limbo”, sem emprego, sem indemnização e sem subsídio de desemprego.

É uma situação vergonhosa, que é possível devido à lacuna que existe entre os dois contratos de trabalho coletivo. Mas que só é possível porque a lei geral do trabalho não está simultaneamente a ser respeitada. Sendo que não há tratamento mais favorável nas transmissões de estabelecimento (cláusula 3 da lei geral trabalho), e tendo em conta que a respectiva lei já foi rectificada sobre este assunto. A empresa Noite e Dia já teve uma actuação vergonhosa com os vigilantes do Hospital Amadora-Sintra, deixando mais de 50 vigilantes (que trabalhavam para a Prosegur) sem trabalho, e volta agora a repetir esta prática.



Acção de luta em frente à DGEEC

O grande objetivo é conseguir garantir contratos por um custo mais baixo, aumentando a carga horária.

Uma delegação do PCP esteve presente numa acção de protesto organizada pelo STAD, no passado dia 29 de Março. É inaceitável que os vigilantes estejam há praticamente mais de mês nesta situação. O PCP manifestou toda a sua solidariedade para com os vigilantes, exprimido o seu ponto de vista e tentando contribuir para que esta situação se resolva da melhor maneira possível para os antigos vigilantes que trabalhavam para a DGEEC.